

Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-
Quintino, António Manuel

**Do impacto das políticas fiscais redistributivas na
desigualdade**

<http://hdl.handle.net/11067/3413>
<https://doi.org/10.34628/xnhp-1p93>

Metadados

Data de Publicação	2016
Resumo	Pretende-se com o presente artigo analisar o impacto das políticas fiscais redistributivas na repartição do rendimento. Muito em particular, pretende-se retirar algumas conclusões sobre a influência da progressividade na tributação no índice de Gini, atendendo-se, ainda, às diferenças entre rendimento de trabalho e rendimento de capital, bem como aos fluxos migratórios e ao maior ou menor grau de abertura das economias ao exterior. A análise desta problemática apresenta-se fundamental para a co...
Palavras Chave	Política fiscal, Distribuição dos rendimentos
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 21 (2016)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T12:19:51Z com
informação proveniente do Repositório

DO IMPACTO DAS POLÍTICAS FISCAIS REDISTRIBUTIVAS NA DESIGUALDADE

António Rebelo de Sousa

Universidade Lusíada, Lisboa

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UL)

António Manuel Quintino

Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa)

Resumo: Pretende-se com o presente artigo analisar o impacto das políticas fiscais redistributivas na repartição do rendimento. Muito em particular, pretende-se retirar algumas conclusões sobre a influência da progressividade na tributação no índice de Gini, atendendo-se, ainda, às diferenças entre rendimento de trabalho e rendimento de capital, bem como aos fluxos migratórios e ao maior ou menor grau de abertura das economias ao exterior.

A análise desta problemática apresenta-se fundamental para a compreensão da evolução da repartição do rendimento na economia mundial, no decurso das últimas décadas.

Abstract: The aim of the present article is to analyze the impact of redistributive tax policies. In particular, it is intended to draw some conclusions on the taxation progressiveness considering the Gini index according to the differences between labour income and capital income and it is also important to consider the migration flows as well as the higher or lower degree of openness of economies abroad.

The analysis of this issue is a key to understand the evolution of the world economy distribution over the last few decades.

1. Introdução

O presente artigo pretende analisar o impacto das políticas fiscais redistributivas na repartição do rendimento, distinguindo o rendimento do trabalho do rendimento do capital.

Em particular, pretende-se estudar o impacto da maior ou menor progressividade na tributação directa no índice de Gini, considerando-se, apenas, os rendimentos do trabalho ou, em alternativa, o rendimento total.

Por outro lado, procura-se, ainda, ter em conta eventuais efeitos compensadores dos fluxos migratórios quando há lugar à aplicação de políticas redistributivas, entrando-se, também, em linha de conta com a influência do grau de abertura de uma economia, em termos de eventual atenuação ou não dos efeitos produzidos pelas políticas redistributivas.

O estudo em causa diz, essencialmente, respeito à economia portuguesa, interessando, todavia, começar por se fazer um apanhado geral sobre a qualidade das estruturas / mecanismos de distribuição do rendimento em diversos países do mundo, recorrendo-se, nomeadamente, a uma comparação entre o rendimento médio do segmento dos 10% mais ricos de cada economia considerada e o rendimento médio dos 10% menos ricos.

Também se afigura interessante estabelecer o rácio entre o rendimento médio dos 20% mais ricos e o rendimento médio dos 20% mais pobres.

A título de curiosidade, atentemos no Quadro I, o qual, sem pretender ser exaustivo para a totalidade dos países, não apenas dá a conhecer esses rácios segundo as Nações Unidas, como também os índices de Gini (de países diversos), de acordo com um estudo realizado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos - OCDE, estudo esse abrangendo um conjunto diversificado de países.

Do sobredito Quadro afigura-se possível retirar a conclusão da existência de um significativo atraso da economia portuguesa, em termos de redistribuição do rendimento, em relação a algumas economias europeias (como a própria Espanha), apesar de não apresentar valores muito distintos dos verificados no Reino Unido¹.

Interessa, essencialmente, analisar a evolução do índice de Gini a partir de uma comparação, para diversos países, entre a situação existente antes da cobrança de impostos e a realização de transferências para as famílias e depois da aplicação de impostos e da efectivação de transferências.

¹ Chegando mesmo a apresentar valores mais favoráveis.

QUADRO I
Análise comparativa das desigualdades entre diversos países

Fonte:	N.U.		B.M.		CIA		CIA	
Índices:	R/P (1), (5)	Índice Gini (2)	R/P (1),(3)	Ind.Gini (4)				
PAÍSES	10%(5)	20%(5)	%	ano	10%(6)	ano	%	ano
	(2009)	(2007/8)						
Serra Leoa	87,2	57,6	42,5	2003	87,2	1989	62,9	1989
Singapura	17,7	9,7	-	-	17,3	1998	46,3	2013
Eslováquia	6,7	4,0	26,0	2009	6,7	1996	26,0	2005
África do Sul	33,1	17,9	65,0	2011	31,9	2000	65,0	2005
Espanha	10,3	6,0	34,7	2000	10,2	2000	32,0	2005
Suécia	6,2	4,0	25,0	2000	6,2	2000	23,0	2005
Suiça	9,0	5,5	33,7	2000	8,9	2000	29,6	2010
Reino Unido	13,8	7,2	38,0	2010	13,6	1999	40,0	2008/9
EUA	15,9	8,4	41,1	2010	15,0	2007	45,0	2007
Uruguai	11,8	-	41,3	2012	17,9	2003	45,3	2010
Vietname	6,9	4,9	35,6	2008	10,0	2004	37,6	2008
Venezuela	18,8	16,0	44,8	2006	50,3	2003	39,0	2011
Portugal	15,0	8,0	38,5	2007	9,2	1995	38,5	2007

Fonte: OCDE - "Income Distribution and poverty by Country Inequality" (<http://sats.oecd.org/index.aspx?queryid=46/89>).

- (1) - "RP - Relação rendimentos entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres ou entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres
- (2) - "World Bank Gini Index", 15 Feb, 2015.
- (3) - "The World Factbook", Center Intelligence Agency", Jan 24, 2008.
- (4) - "The World Factbook", CIA, Nov 24, 2011.
- (5) - NU - Nações Unidas;
- (6) - CIA - P/p (10%) - relação entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, Segundo a Central Intelligence Agency.

Recorda-se que o índice de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico Corrado Gini onde 0% corresponde à completa igualdade e 100% corresponde à completa desigualdade de um dada variável social, com frequência, rendimento ou riqueza.

A partir dos dados de 2008 da UNICEF², a América Latina e as Caraíbas apresentam o mais elevado índice de GINI (48,3), enquanto que no Continente Africano (África Sub-Sahariana) é de 44,2%, na Ásia de 40,4%, no Médio Oriente e Norte de África de 39,2%, na Europa de Leste e na Ásia Central de 35,4% e nos Países com Rendimentos mais elevados (União Europeia e América do Norte) de 30,9%. Os EUA apresentam um índice de Gini de 36%, enquanto que a África do Sul apresenta 67,8% de valor. Curiosamente e conforme veio a ser assinalado por autores como o próprio C. GINI³, constatou-se uma evolução menos positiva, a nível mundial, no grau de assimetização existente na distribuição do rendimento, conforme se assinala no Quadro II⁴.

QUADRO II
(Coeficiente de Gini no Mundo) - em %

1820	43
1850	53
1870	56
1913	61
1929	62
1950	64
1960	64
1980	66
2002	71
2005	68

Fonte: BRANKO MILANOVIC, "More or Less, Finance & Development, International Monetary Fund, Set 2011, pag. 48.

Importa ter presente que existem diversos tipos de Índices de GINI aplicados ao desenvolvimento, desde o Índice da Educação (que estima a desigualdade na educação para uma dada população) ao Coeficiente de GINI de Oportunidade (que procura medir o grau de desigualdade nas oportunidades, a partir, por exemplo, do rendimento dos pais ou do seu nível de instrução), admitindo-se, ainda e de um modo geral, que um Índice de Gini superior a 50 é elevado (casos

² United Nations International Children's Emergency Fund.

³ GINI, C - "Concentration and dependency ratios", Rivista di Politica Economica, 87, 1997, pages 769-789.

⁴ Vide MILANOVIC, Branko - "Global Inequality and the Global Inequality Extraction Ratio", 2009, [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSP/IB/2009/09/09/000158349_20C\(PDF\)](http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSP/IB/2009/09/09/000158349_20C(PDF)), WorldBank

do Chile, da Rússia, da China, da Bolívia e do México), um Índice compreendido entre os 30 e os 40 é tido como médio (caso dos EUA) e um Índice inferior a 30 é considerado baixo (casos da Áustria, Dinamarca e Suécia, a título de exemplo).

Autores como Edwin GONI, J. Humberto LOPEZ e Luis SERVÉN⁵ procuraram estudar o impacto dos impostos e das transferências para as famílias na redução das desigualdades sociais, constatando que a relevância da política fiscal (em termos de redistribuição do rendimento) se apresenta muito maior na Europa do que na América Latina. Mais, os autores concluem que “nos casos em que a redistribuição do rendimento se apresenta mais significativa, tal ocorre, fundamentalmente, graças às transferências”, i.e., mais graças às transferências do que aos impostos, sendo, ainda, claro “que as transferências apresentam um impacto maior do que a progressividade dos impostos”⁶.

Para os autores, a desigualdade nos países da América Latina ocupa uma das posições cimeiras, a seguir à África Sub-Sahariana: “high poverty ... can also be a source of underdevelopment traps in which financial market imperfections and institutional constraints prevent the poor from contributing to the growth process”⁷.

Ainda segundo os autores, as desigualdades na distribuição do rendimento reflectem uma desigual distribuição de activos, tais como a terra e o capital humano. Mas, importa sublinhar que, enquanto que a correlação negativa entre os coeficientes de GINI e a distribuição do rendimento e dos activos financeiros é de 0,75, já a correlação entre os coeficientes de GINI e a distribuição da terra é de 0,50⁸.

Os PVD's - Países em Vias de Desenvolvimento não seriam eficientes nas políticas redistributivas, em termos de redução do Índice de GINI, sendo de destacar um estudo levado a cabo por HARBERGER e, mais recentemente, um outro da OCDE, estendendo a diversos países a investigação realizada por Engel e Galetovic para o Chile, os quais consideram que o impacto das transferências pode ser mais significativo do que o da política fiscal⁹.

Em síntese, os autores concluem que a progressividade nos impostos sobre o rendimento de trabalho tem vindo a aumentar, mas que a progressividade dos impostos que incidem sobre os rendimentos de capital tem vindo a diminuir, constatando-se que, em termos globais, se tem registado uma redução da progressividade no valor agregado dos impostos sobre o rendimento do trabalho e sobre o capital.

⁵ GONI, Edwin; LOPEZ, J. Humberto; SERVÉN, Luis - “Fiscal Redistribution and income inequality in Latin America”, *World Development*, Vol 9, pags 1558-1569, 2011.

⁶ GONI, LOPEZ; SERVÉN, Ob Cit, pag 1558.

⁷ GONI, LOPEZ; SERVÉN, Ob Cit, pag 1558.

⁸ Todavia, a correlação entre o Índice de Gini e a distribuição de holdings detentoras de terra agrícola já é de 0,81 na América latina.

⁹ Vide HARBERGER, A - “Reflections on Distributional Considerations and the Public Finances”, University of California, Los Angeles, 2003 e OCDE - “Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OCDE Countries”, 2008.

Dito de outro modo, o principal factor de agravamento das desigualdades e de redução da progressividade real global é a distribuição dos ganhos de capital (nela incluindo a distribuição de dividendos).

2. Até que ponto uma política fiscal redistributiva diminui a desigualdade?

Andrew LEIGH¹⁰ colocou a questão de acordo com a qual seria importante analisar-se se as taxas aplicadas a nível regional afectam ou não a distribuição do rendimento depois de impostos. Será que os trabalhadores se movem entre regiões, levando ao ajustamento dos salários brutos?

O autor viria a concluir que, de um modo geral, impostos mais redistributivos em cada Estado Federado não afectam, substancialmente, os fluxos migratórios, sendo, ainda, possível concluir-se que não reduzem o rendimento “per capita” dos Estados em causa.

Segundo MUSGRAVE, a redistribuição do rendimento deveria ocorrer a nível nacional. Caso contrário, a mobilidade social levaria a ajustamentos que favoreciam o trabalho qualificado, pelo que não produziria efeitos no sentido da redistribuição eficiente do rendimento ao nível dos Estados Federados.

De um ponto de vista teórico, a possibilidade de ajustamento salarial decorrente dos efeitos de políticas redistributivas depende da maior ou menor vontade de os trabalhadores reagirem a variações de políticas fiscais locais mudando de local de trabalho. Mirlees procurou demonstrar que a redistribuição óptima numa dada jurisdição é uma função decrescente do grau de mobilidade laboral em resposta a variações de taxas, o que, na prática, significaria que tenderia a haver políticas mais intensamente redistributivas a nível nacional do que ao nível dos Estados Federados (ou a nível regional)¹¹.

Para Andrew LEIGH, a aplicação de políticas fiscais mais redistributivas, a nível regional, não afecta, necessariamente, o volume ou a composição dos fluxos migratórios inter-regionais.

O autor refere o Índice de Reynolds e Smolevsky, o qual corresponde à diferença entre o índice de Gini antes e depois de impostos. No intuito de se obter uma medida que tende a aumentar com o efeito redistributivo, o autor inverte os termos do sobredito índice, considerando GB-GA (“Gini Before” - “Gini After”).

As taxas redistributivas afectam a desigualdade por duas vias: 1^a - um “efeito mecânico”, uma vez que se retira mais rendimento aos ricos do que aos pobres; 2^a - um efeito a partir da “resposta comportamental” do factor produtivo trabalho.

10 LEIGH, Andrew - “Do Redistributive States Taxes Reduce Inequality?”, *National Tax Journal*, Vol XI, n.º 1, Março de 2008.

11 Mirlees, James A - “Migration and Optimal Income Taxes”, *Journal of Public Economics*, 18, n.º 3, pags 319-41, 1982.

Para se medir o “efeito mecânico” não se utiliza o índice de GINI, mas antes o efeito do sistema tributário numa amostra de famílias, tendo em conta os rendimentos pessoais.

Afigura-se possível afirmar que, nos EUA e na década de 90, o “efeito mecânico” dos impostos sobre o rendimento se traduz numa redução do coeficiente de Gini de 0,024, com um desvio-padrão de 0,003.

Nos EUA, o sistema tributário foi mais redistributivo em finais dos anos 70, menos redistributivo nos anos 80 e ligeiramente mais redistributivo nos anos 90.

O trabalho desenvolvido por Andrew LEIGH teve como objectivo central analisar até que ponto os fluxos migratórios entre Estados Federados anulam ou não os esforços dos Estados para reduzir as desigualdades através de políticas fiscais redistributivas estaduais.

O autor chega à conclusão de que não existe evidência de que políticas fiscais mais redistributivas conduzam – atendendo, inclusive, à questão da mobilidade – a uma distribuição mais desigual dos salários – hora – num espaço alargado.

Por outro lado, políticas fiscais mais redistributivas não parecem ter impacto na composição ou no volume dos fluxos migratórios inter-Estados.

Se é verdade que um aumento da progressividade nos impostos pode levar a fluxos migratórios, os quais poderiam, por sua vez, induzir ajustamentos nos rendimentos salariais antes de impostos, também não se apresenta menos verdade que Andrew LEIGH é levado a concluir que, de acordo com uma análise agregada, políticas fiscais mais redistributivas implementadas pelos Estados não afectam substancialmente os fluxos migratórios interestaduais, nem contribuem para reduzir o rendimento “per capita” do Estado ou dos Estados em questão¹².

Note-se que, segundo MUSGRAVE¹³, conforme se disse, as políticas redistributivas deveriam ser definidas a nível nacional. Se a nível regional ou local forem aplicadas políticas redistributivas, a mobilidade inter-regional levaria a um incremento da compensação nos salários brutos para os trabalhadores mais qualificados.

Ora, esta linha de argumentação implicaria, precisamente, que a aplicação de políticas mais redistributivas a nível regional ou local conduzisse a perdas de eficiência sem que, entretanto, se obtenha uma redistribuição líquida com efeitos sociais positivos.

Assim, para MUSGRAVE, as regiões deveriam preocupar-se mais com políticas que aumentassem os rendimentos e não tanto com políticas redistributivas entre ricos e pobres.

Deveria, isso sim, haver uma política redistributiva mais centrada num nível nacional do que num nível regional e, claro está, mais centrada num nível regional do que num nível local.

12 LEIGH, Andrew – “Do Redistributive State Taxes Reduce Inequality?”, *National Tax Journal*, Vol LXI, nº 1, Março de 2008, Rice University, HOUSTON.

13 MUSGRAVE, Richard – “The Theory of Public Finance”, McGraw-Hill, 1959, New York.

Também segundo Feldstein e Wrobel¹⁴, as políticas mais redistributivas contribuem, em muitos casos, para aumentar os salários – hora dos trabalhadores qualificados em relação aos salários – hora dos não qualificados, havendo, por conseguinte, uma correlação positiva entre as políticas redistributivas e o agravamento das desigualdades salariais, em termos de remunerações brutas.

Todavia e conforme se disse, Andrew Leigh considera não haver evidência de que os impostos mais redistributivos venham a afectar o volume ou a composição dos fluxos migratórios inter-regionais (ou interestaduais).

Regressando à questão do efeito mecânico e do efeito comportamental, Leigh considera que o efeito mecânico das políticas redistributivas, entre 1977 e 2002, na generalidade dos Estados federados dos EUA, consistiu numa redução do coeficiente de Gini.

LEIGH é levado a concluir que, apesar de não existir um ajustamento mecânico total resultante da aplicação de impostos redistributivos, os estudos empíricos mostram que o efeito mecânico não é totalmente eliminado por um subsequente aumento das desigualdades nos rendimentos antes de impostos.

Para LEIGH, a imposição de impostos mais progressivos nas classes de rendimento mais elevado não conduz, necessariamente, a aumentos nos rendimentos brutos das classes mais elevadas.

Mais, as alterações de tributação (no sentido de uma maior progressividade dos impostos) não produzem um impacto significativo nos fluxos de mão-de-obra inter-regionais ou inter-estaduais.

E importa, ainda, salientar que, segundo LEIGH, não se afigura possível concluir que os Estados com políticas mais redistributivas conhecem uma desaceleração do crescimento económico.

O autor considera, isso sim, que as desigualdades de repartição existentes no passado se encontram positivamente associadas a tributações mais redistributivas no presente, muito embora este efeito não se apresente estatisticamente significativo.

Efectuando uma regressão linear para uma série alargada de 97 países (ver Anexo 1) entre o índice de Gini e as taxas de imposto sobre rendimentos pessoais (IRS ou na denominação anglo-saxónica, “personal tax income”), máxima e mínima desses países, a diferença absoluta e também percentual entre ambas as taxas, obtemos os seguintes gráficos.

Na Figura 1 apresenta-se a relação entre a taxa mínima de imposto dos referidos países e o índice de Gini. Apesar do reduzido coeficiente de determinação indicar uma baixa robustez da regressão, evidencia-se um declive negativo da recta interpolada, o que traduz que quanto mais elevadas forem as taxas mínimas de imposto menor tenderá a ser o índice de Gini e portanto mais igualitário será o país.

¹⁴ Feldstein; Wrobel - “Can State Taxes Redistribute Income?”, *Journal of Public Economics*, 68 - nº 3, Junho de 98, pags. 369-96.

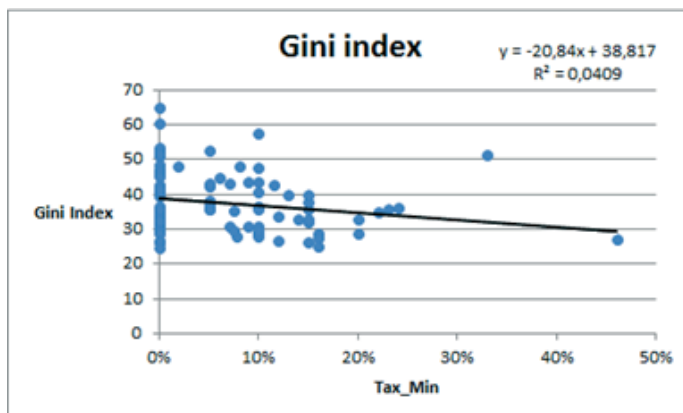


Figura 1

Na Figura 2 apresenta-se a relação entre a taxa máxima de imposto dos referidos países e o índice de Gini. Neste caso e apesar do também reduzido coeficiente de determinação, evidencia-se um declive negativo da recta interpolada, o que traduz que quanto mais elevadas forem as taxas máximas de imposto menor tenderá a ser o índice de Gini e portanto mais igualitário será o país. No entanto, o declive da recta é inferior, o que confirma o referido por LEIGH, i.e., com taxas mais elevadas de imposto não contribuem significativamente para uma sociedade mais igualitária.

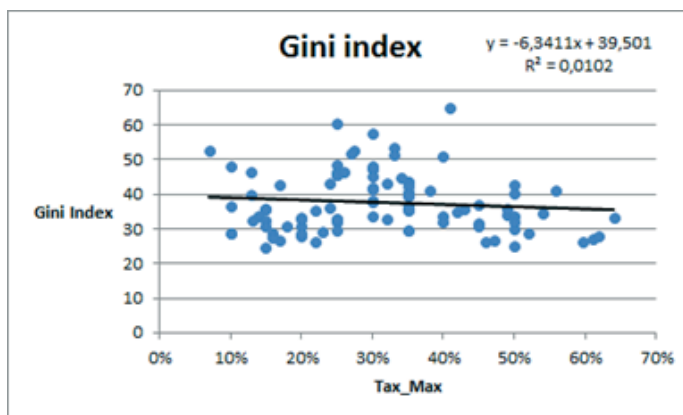


Figura 2

Na Figura 3 apresenta-se a relação entre a diferença entre taxa máxima e mínima de imposto dos referidos países e o índice de Gini. Neste caso, quer o declive da recta interpolada, quer o coeficiente de determinação são praticamente nulos, concluindo-se sobre a não existência de qualquer relação

entre as variáveis. Esta constatação, extremamente interessante, deverá merecer um estudo aprofundado.

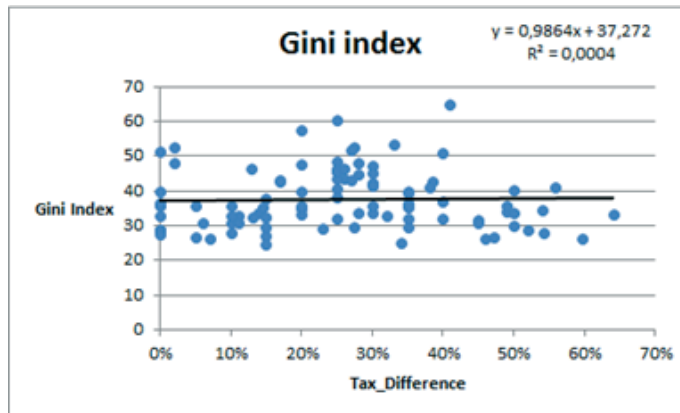


Figura 3

Na Figura 4 apresenta-se a relação entre a diferença percentual da taxa máxima e mínima de imposto, $(T_{\text{máx}} - T_{\text{min}})/T_{\text{máx}}$ dos referidos países e o índice de Gini. Neste caso o declive é ligeiramente positivo, apesar da pouca significância da regressão. De forma sintética, quanto maior for a diferença percentual de taxas máxima e mínima de rendimento, maior tenderá a ser o índice de Gini. Este facto explica-se porque existindo muitos destes países com taxas mínimas de 0%, a diferença percentual será naturalmente de 100%. Portanto, para estes casos, em que existe uma diferença percentual extrema entre taxas mínimas e máximas de impostos, existirão necessariamente sociedades com elevadas desigualdades.

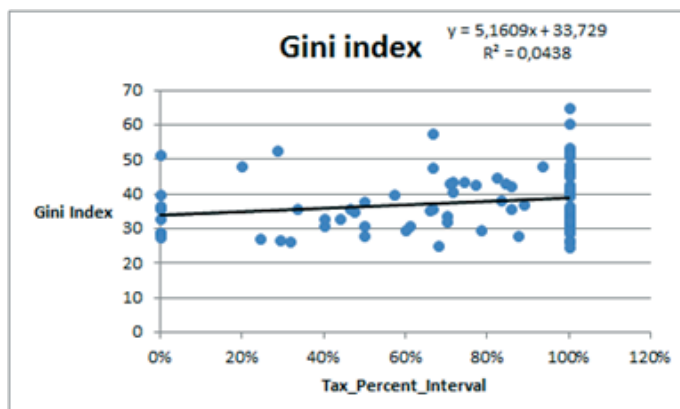


Figura 4

Importa, agora, analisar esta problemática no caso concreto de Portugal, procurando-se estabelecer uma ligação entre a progressividade nos impostos e a evolução ocorrida, no decurso dos últimos anos, no que concerne ao Índice de GINI. Não sendo possível avaliar de forma directa a progressividade dos impostos, sabe-se que o sistema fiscal português isenta de forma significativa os baixos rendimentos e que aumentos médios de imposto per capita, quando calculados a preços constantes e deflacionados do PIB, reflectirão na prática uma maior progressividade de IRC. Assim, na Figura 5, evidencia-se que a partir do ano de 2007 (ano da crise do “sub-prime”, à qual se seguiu a crise da dívida soberana na Europa, à qual se seguiu o pedido de resgate de Portugal em 2011), existe uma correlação negativa evidente entre os impostos directos per capita, a preços constantes de 2011 e deflacionados do PIB (fonte: Pordata, ver ANEXO 2) e o índice de Gini. Assim, é evidente uma maior igualdade social fruto da pesadíssima carga fiscal exercida sobre as famílias e em particular sobre as classes mais favorecidas¹⁵. Portugal será provavelmente um dos poucos países em que a tributação do rendimento provocou de forma evidente e em poucos anos uma maior igualdade social. O índice de Gini reduziu-se de 38% em 2005 para 34% em 2014. Certamente um máximo mundial.

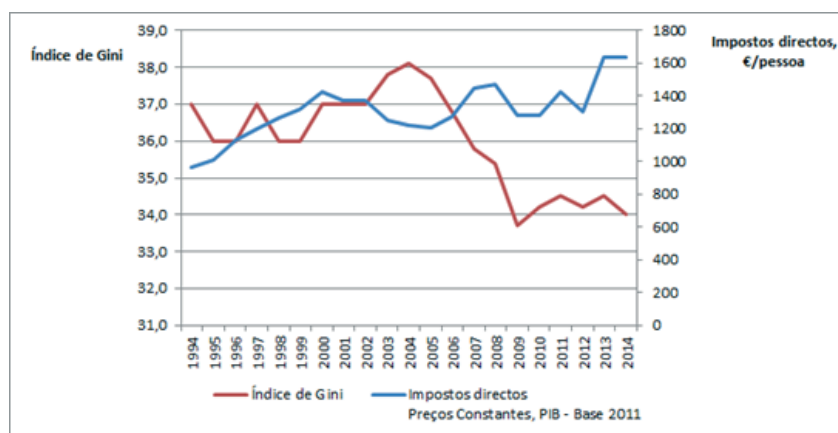



































































































Figura 5

Todavia, importaria analisar futuramente se o impacto favorável do aumento da carga fiscal no índice de GINI terá, necessariamente, efeitos positivos (e significativos) na formação de poupança endógena e no aumento do investimento, gerando condições propiciadoras de um desenvolvimento sustentado.

Trata-se de outra questão, a aprofundar oportunamente.

¹⁵ Verbit, Gerlinde; Figari, Francesco - “The redistributive effect and progressivity of taxes revisited: na international comparison across the European Union”, GINI Discussion Paper 88, Agosto 2013, www.gini-research.org

Anexo 1

Pais	Min_Tax	Max_Tax	Tax_Difference	Percent_Interval_Tax	Gini index	Pais	Min_Tax	Max_Tax	Tax_Difference	Percent_Interval_Tax	Gini index
 Afghanistan	10%	20%	10%	50%	27,8	 Japan	15%	50%	35%	70%	32,1
 Albania	0%	23%	23%	100%	29	 Jordan	0%	14%	14%	100%	33,7
 Algeria	0%	35%	35%	100%	35,3	 Kazakhstan	10%	10%	0%	0%	28,6
 Angola	0%	17%	17%	100%	42,7	 Kenya	10%	30%	20%	67%	47,7
 Argentina	9%	35%	26%	74%	43,6	 Latvia	24%	24%	0%	0%	36
 Australia	0%	49%	49%	100%	34	 Lithuania	0%	15%	15%	100%	32,6
 Austria	0%	50%	50%	100%	30	 Malaysia	0%	26%	26%	100%	46,2
 Azerbaijan	14%	25%	11%	44%	3300%	 Mauritius	15%	15%	0%	0%	35,9
 Bangladesh	0%	25%	25%	100%	32,1	 Mexico	1,92%	30%	28%	94%	48,1
 Belarus	12%	17%	5%	29%	26,5	 Moldova	7%	18%	11%	61%	30,6
 Belgium	0%	64%	64%	100%	33,1	 Mongolia	10%	10%	0%	0%	36,5
 Benin	10%	35%	25%	71%	43,5	 Montenegro	9%	15%	6%	40%	30,6
 Bolivia	0%	13%	13%	100%	46,6	 Morocco	0%	38%	38%	100%	40,9
 Botswana	0%	25%	25%	100%	60,5	 Nepal	15%	25%	10%	40%	32,8
 Brazil	0%	28%	28%	100%	52,7	 Netherlands	0%	52%	52%	100%	28,9
 Bulgaria	10%	10%	0%	0%	28,9	 Nigeria	7%	24%	17%	71%	43
 Burundi	0%	35%	35%	100%	39,8	 Norway	0%	47%	47%	100%	26,8
 Cambodia	0%	20%	20%	100%	33,3	 Pakistan	8%	35%	28%	79%	29,6
 Cameroon	10%	35%	25%	71%	40,7	 Panama	0%	27%	27%	100%	51,9
 Canada	0%	50%	50%	100%	33,7	 Paraguay	8%	10%	2%	20%	48
 Chile	0%	40%	40%	100%	50,8	 Peru	0%	30%	30%	100%	45,3
 China	5%	45%	40%	89%	37	 Philippines	5%	32%	27%	84%	43
 Colombia	0%	33%	33%	100%	53,5	 Poland	0%	32%	32%	100%	32,8
 Costa Rica	0%	25%	25%	100%	48,6	 Portugal	0%	54%	54%	100%	34,5
 Croatia	12%	40%	28%	70%	33,6	 Romania	16%	16%	0%	0%	27,3
 Czech Republic	15%	22%	7%	32%	26,4	 Russia	13%	13%	0%	0%	39,7
 Denmark	46%	61%	15%	25%	26,9	 Senegal	0%	50%	50%	100%	40,3
 Dominican Republic	0%	25%	25%	100%	45,7	 Serbia	10%	25%	15%	60%	29,7
 Egypt	10%	20%	10%	50%	30,8	 Slovenia	16%	50%	34%	68%	24,9
 El Salvador	0%	30%	30%	100%	41,8	 South Africa	0%	41%	41%	100%	65
 Ecuador	0%	25%	25%	100%	46,6	 Spain	0%	49%	49%	100%	35,8
 Estonia	20%	20%	0%	0%	32,7	 Sri Lanka	0%	35%	35%	100%	36,4
 Finland	8%	62%	54%	88%	27,8	 Swaziland	33%	33%	0%	0%	51,5
 France	0%	45%	45%	100%	31,7	 Sweden	0%	59,70%	60%	100%	26,1
 Gabon	5%	35%	30%	86%	42,2	 Switzerland	0%	13,20%	13%	100%	32,4
 Gambia	0%	30%	30%	100%	47,3	 Syria	5%	15%	10%	67%	35,8
 Germany	0%	45,00%	45%	100%	30,6	 Tanzania	15%	30%	15%	50%	37,8
 Georgia	20%	20%	0%	0%	28,9	 Thailand	0%	35%	35%	100%	39,4
 Greece	22%	42%	20%	48%	34,7	 Tunisia	0%	35%	35%	100%	35,8
 Guatemala	5%	7%	2%	29%	52,4	 Turkey	15%	35%	20%	57%	40
 Hungary	16%	16%	0%	0%	28,9	 Ukraine	0%	15%	15%	100%	24,8
 Iceland	0%	46%	46%	100%	26,3	 United States	0%	56%	56%	100%	41,1
 India	0%	30%	30%	100%	33,6	 Uruguay	0%	30%	30%	100%	41,3
 Indonesia	5%	30%	25%	83%	38,1	 Uzbekistan	8%	22%	15%	66%	35,2
 Iran	0%	35%	35%	100%	29,5	 Venezuela	6%	34%	28%	82%	44,8
 Ireland	0%	40%	40%	100%	32,1	 Vietnam	5%	35%	30%	86%	35,6
 Israel	11,50%	50%	39%	77%	42,8	 Yemen	10%	15%	5%	33%	35,9
 Italy	23%	43%	20%	47%	35,5	 Zambia	10%	30%	20%	67%	57,5
 Jamaica	0%	25%	25%	100%	45,5						

Anexo 2

Anos	Índice de Gini	Impostos directos Euro - Rácio - Preços Constantes, PIB - Base 2011
1994	37,0	962,4
1995	36,0	1.009,5
1996	36,0	1.131,2
1997	37,0	1.198,5
1998	36,0	1.266,9
1999	36,0	1.318,0
2000	37,0	1.427,0
2001	⊥ x37	1.368,8
2002	x37	1.370,9
2003	⊥ 37,8	1.249,0
2004	38,1	1.222,6
2005	37,7	1.203,1
2006	36,8	1.274,1
2007	35,8	1.445,6
2008	35,4	1.471,0
2009	33,7	1.281,2
2010	34,2	1.279,9
2011	34,5	1.425,2
2012	34,2	1.301,8
2013	34,5	1.634,9
2014	34,0	1.639,9

Fonte: PORDATA

Bibliografia

Feldstein; Wrobel - "Can State Taxes Redistribute Income?", Journal of Public Economics, 68 - n.º 3, Junho de 98, pags 369 - 96.

GINI, C - "Concentration and dependency ratios", Revista di Politica Economica, 87, 1997, pags 769 - 789.

GONI, Edwin; LOPEZ, J. Humberto; SÉRVEN, Luis - "Fiscal Redistribution and income inequality in Latin America", World Development, Vol 9, pags 1558 - 1569, 2011.

HABERGER, A - "Reflections on Distributional Considerations and the Public Finances", University of California, Los Angeles, 2003.

LEIGH, Andrew - "Do Redistributive States Taxes Reduce Inequality", National

- Tax Journal, Vol XI, n° 1, Março de 2008.
- MILANOVIC, Branko - "Global inequality and the Global Inequality Extraction Ratio", World Bank, 2009.
- MIRLEES, James A. - "Migration and Optimal Income Taxes", Journal of Public Economics, 18, n° 3, pags 319 - 41, 1982.
- MUSGRAVE - "The Theory of Public Finance", MCGraw-Hill, 1959, New York.
- OCDE - "Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OCDE Countries", 2008.
- Verbit, Gerlinde; Figari, Francesco - "The redistributive effect and progressivity of Taxes revisited: na international comparison across the European Union", Gini Discussion Paper 88, Agosto de 2013, www.gini-research.org.
- "The World Factbook ", Center Intelligency Agency, 24 Jan, 2008.
- "The World Factbook ", Center Intelligency Agency, 24 Nov, 2011.
- "World Bank Gini Index", WB, 15 Fev, 2015.